

DEMOCRACIA E GESTÃO: A GESTÃO DEMOCRÁTICA E OS DESAFIOS PARA A ORGANIZAÇÃO DOS CONSELHOS DO BAIXO TOCANTINS

Naiara Silva

Ufpa-naiaradasilva@gmail.com

Orlando Nobre Bezerra de Souza

CUfpa-orlandonbsouza@gmail.com

Ney Cristina Monteiro de Oliveira

Ufpa-neycmo@ufpa.br

Introdução

A gestão democrática está diretamente associada aos princípios de participação, inclusão e transparência, fundamentais para a consolidação de processos educacionais transformadores. No contexto do Baixo Tocantins, marcado por desafios econômicos, sociais e culturais, a implementação de uma gestão democrática pode ser um caminho estratégico para enfrentar as desigualdades históricas e promover uma educação que valorize as especificidades locais. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) reforçam a necessidade desta abordagem, reconhecendo-a como um princípio fundamental para a construção de uma educação participativa e inclusiva. Na prática, a gestão democrática se materializa por meio de conselhos deliberativos e consultivos, que atuam como espaços coletivos de diálogo, planejamento e tomada de decisões. Quando organizados de maneira efetiva, garantem a participação ativa de todos os segmentos da comunidade escolar, como pais, estudantes, professores e gestores.

Desenvolvimento:

A Importância da Gestão Democrática na Educação, para Paulo Freire, a gestão democrática e participativa na educação reconhece os sujeitos como protagonistas no processo de transformação social. Essa perspectiva reforça que os conselhos escolares não devem ser mera formalidade, mas espaços vivos e representativos onde as decisões são tomadas coletivamente, baseadas nas necessidades reais da comunidade.

De acordo com Vitor Paro, a gestão democrática pressupõe a participação consciente e organizada de todos os envolvidos no processo educacional. A organização dos conselhos fortalece a autonomia das instituições escolares, a transparência na administração dos recursos públicos e o compromisso com a melhoria da qualidade do

ensino. Apesar de sua importância, a implementação de uma gestão verdadeiramente democrática enfrenta desafios significativos, incluindo a falta de formação de conselheiros, práticas autoritárias e limitações estruturais. Para superar esses desafios, é necessário um processo contínuo de formação e conscientização.

A gestão democrática é um princípio fundamental para a educação, ao assegurar o envolvimento ativo de todos os segmentos da comunidade escolar — incluindo alunos, pais, professores e gestores — nas tomadas de decisão. Freire, um dos principais teóricos dessa abordagem, considera que a escola deve ser um espaço de diálogo e transformação social, onde educadores e educandos são reconhecidos como sujeitos históricos capazes de moldar a sociedade. Vitor Paro complementa essa visão ao afirmar que a verdadeira participação só se concretiza quando os conselhos escolares atuam de forma efetiva e não como meras formalidades burocráticas.

Importância da Gestão Democrática

Na perspectiva da educação, a gestão democrática vai além da administração escolar; trata-se de construir processos coletivos que favoreçam a inclusão e o respeito à diversidade. Nos municípios do Baixo Tocantins, como Baião, Cameté e Mocajuba, os conselhos escolares e grêmios estudantis têm um papel essencial, assegurando que as vozes de populações historicamente marginalizadas — como ribeirinhos, quilombolas e indígenas — sejam ouvidas e respeitadas. A gestão democrática também promove a autonomia das instituições escolares e a transparência na gestão dos recursos públicos, afirmando o compromisso com a melhoria da qualidade do ensino.

A Gestão Democrática como Ferramenta de Resistência e Transformação
Em contextos de desigualdade, a gestão democrática se apresenta como uma poderosa ferramenta de resistência. Isto é especialmente relevante em regiões como o Baixo Tocantins, onde as populações ribeirinhas, quilombolas e indígenas muitas vezes têm suas vozes marginalizadas. A verdadeira participação pode possibilitar a construção de uma educação emancipadora que valorize as culturas locais e a educação inclusiva.

Desafios da Implementação de Conselhos

Ao adentrarmos na temática sobre os Desafios da Implementação dos Conselhos, percebemos que a implementação de uma gestão democrática enfrenta barreiras como a falta de formação dos conselheiros e práticas autoritárias que limitam a participação coletiva. Além disso, há desafios relacionados à fragilidade na comunicação entre a escola e a comunidade, a escassez de recursos financeiros e o apoio estrutural. No Baixo Tocantins, a implementação dos Planos Municipais de Educação (PME) é crucial para a

promoção de uma educação de qualidade. Contudo, a implementação de uma gestão verdadeiramente democrática enfrenta diversos desafios. Problemas como a falta de formação dos conselheiros, práticas autoritárias que coíbem a participação coletiva, comunicação ineficaz entre escolas e comunidades, e escassos recursos financeiros podem dificultar essa prática. Para superar tais obstáculos, conforme enfatiza para, é necessário promover um contínuo processo de formação e conscientização das comunidades escolares.

Nessa perspectiva, os Municípios Caracterizam-se por,

Baião¹: Situa-se próximo ao Rio Tocantins e é caracterizado pela forte presença de comunidades quilombolas e ribeirinhas, sustentadas por práticas de agricultura familiar. No entanto, enfrenta problemas como a falta de infraestrutura.

Cametá²: Conhecida como o “Coração do Baixo Tocantins”, tem uma rica tradição cultural e um forte vínculo com a cultura popular, mas ainda enfrenta dificuldades com infraestrutura e políticas públicas.

Mocajuba³: Um município ribeirinho que preserva suas tradições culturais, mas que também lida com problemas socioeconômicos, entre eles, a falta de políticas públicas eficazes e a degradação ambiental.

A organização democrática dos conselhos permite que todos os envolvidos exerçam seu papel na construção de uma educação cidadã, baseada nos princípios de diálogo, ética e pluralidade. Para Freire (1987), a democracia na educação está diretamente relacionada à luta por uma sociedade justa e igualitária: *“A democracia exige que os espaços educativos sejam verdadeiramente abertos à participação e ao diálogo crítico.”* Essa perspectiva reforça que os conselhos escolares não devem ser apenas uma formalidade, mas sim espaços vivos e representativos, onde as decisões sejam tomadas coletivamente e com base nas necessidades reais da comunidade. A elaboração dos Planos Municipais de Educação (PME) é crucial para atender às necessidades específicas do Baixo Tocantins, a área é caracterizada pela diversidade social e cultural, onde os desafios

¹ **Baião** é um Município brasileiro do Estado do Pará. Localiza-se a uma latitude 02°47'26" sul e a uma longitude 49°40'18" oeste, estando a uma altitude de 30 metros. Sua população estimada em 2022 é de 51.641 habitantes segundo IBGE. Possui uma área de 3202,399 km²

² **Cametá** é um município do Estado do Pará, no Brasil. Faz parte da mesorregião do Nordeste Paraense e é sede da microrregião de mesmo nome. Localiza-se a uma latitude 02°14'40" sul e a uma longitude 49°29'45" oeste, estando a uma altitude de 10 metros. Sua população estimada em 2020 era de 139.364 habitantes. Possui uma área de 3 081,367 quilômetros quadrados. É uma das cidades mais antigas do estado do Pará e do Brasil e desempenhou papel crucial na Cabanagem, quando chegou a ser capital da Província do Grão-Pará. Seus inúmeros bens culturais materiais e imateriais lhe renderam o título de Patrimônio Histórico Nacional.

³ **Mocajuba** é um Município brasileiro do Estado do Pará. Localiza-se a uma latitude 02°35'03" sul e a uma longitude 49°30'26" oeste, estando a uma altitude de 30 metros. Sua população em 2022 é de 27.198 habitantes. Possui uma área de 871,171 km². Mocajuba é cortada por um dos maiores rios brasileiros, o Rio Tocantins e no município ele chega a uma largura de mais de 4 km.

incluem o acesso limitado à educação e à saúde básica, além da infraestrutura deficiente. Portanto, a inclusão das culturas locais nas políticas educacionais é essencial para o desenvolvimento sustentável da região, permitindo que a educação se torne uma ferramenta de resistência e transformação social.

No município de Baião, a forte presença de comunidades tradicionais demanda políticas públicas voltadas para o reconhecimento e valorização desses grupos. Cametá, com sua rica tradição cultural e resistência social, também é um espaço fértil para a prática da gestão democrática, bem como Mocajuba, que enfrenta desafios similares e possui um potencial significativo devido à sua cultura rica associados costumes locais.

Considerações Finais

A gestão democrática nos PMEs de Baião, Cametá e Mocajuba representa uma oportunidade significativa de transformação da realidade educacional e social desses municípios. Através da participação ativa da comunidade, os PMEs podem se tornar instrumentos de resistência cultural e fortalecer a identidade local. O sucesso da gestão democrática depende de um diálogo contínuo entre todos os envolvidos na comunidade local, assegurando que as políticas educacionais reflitam as necessidades e potencialidades do território amazônico.

Referências

- Almeida, M. G. de (2006). *Gestão democrática na educação: Resistência e transformação*. São Paulo: Cortez.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- PARO, Vitor Henrique. *Gestão Democrática da Escola Pública*. São Paulo: Cortez, 2001.
- Santos, B. S. (2019). *O futuro começa agora: Da pandemia à utopia*. Coimbra: Almedina.
- Saviani, D. (2007). *Pedagogia histórico-crítica: A educação como prática de liberdade*. São Paulo: Cortez.